

“Governo ainda não concluiu plano para renegociação”, diz Nakano

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

O governo ainda não concluiu um plano de renegociação da dívida externa. Mas as linhas básicas estão traçadas: “Vamos precisar refinarçar cerca de 50% dos juros”, disse ontem o chefe da Secretaria Especial para Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, Yoshiaki Nakano.

Nakano fez questão de dizer, conforme relato da editora Cláudia Safatle, deste jornal, que não existe número mágico, “mas não queremos comprometer o crescimento do País”.

Calcula-se um déficit de US\$ 6 bilhões na conta de transações correntes, que reflete o resultado das contas de serviços e do saldo comercial. Para cobrir aquela diferença, US\$ 2 bilhões sairiam das agências de crédito governamentais e do Banco Mundial, além do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os US\$ 4 bilhões restantes deveriam ser cobertos através de negociação com os bancos internacionais.

“A necessidade de refinanciamento dos juros devidos aos credores privados poderá tomar a forma de capitalização ou da conversão em investimento interno. Mas só na mesa de negociações é que se tratará da suspensão de parte do pagamento daqueles juros”, conforme afirmou uma fonte do Ministério da Fazenda.

As declarações do ministro Luiz Carlos Bresser Pereira de que o Brasil poderá voltar a pagar parte dos juros aos bancos privados, desde que a outra parte se-

ja refinanciada, provocou grande número de telefonemas tanto ao Ministério da Fazenda quanto ao Banco Central de banqueiros e de correspondentes internacionais à procura de maiores esclarecimentos.

No Banco Central, a resposta da Diretoria da Dívida Externa era de que por lá não havia passado nada, nem mesmo estudos, que apontasse a retomada de pagamento de 50% dos juros devidos aos credores privados.

Também no Ministério da Fazenda, o assessor de imprensa, Francisco Baker, procurou explicar as declarações do ministro. “O que o ministro fez foi estimar a necessidade de dinheiro novo ou refinanciamento dos juros para os próximos anos e concluiu que vai precisar refinarçar mais ou menos 50% dos juros da dívida”, disse ele, adiantando que esta não é uma proposta pronta e acabada.

Baker disse que Bresser Pereira já havia, em outras ocasiões, dito que vai suspender a moratória no dia em que os bancos aceitarem reduzir o “spread” — taxa de risco — que recal-

sobre a dívida externa “aos níveis da Argentina e do México”.

No depoimento do deputado Irajá Rodrigues (PMDB-RS), que esteve na noite de terça-feira com o grupo de parlamentares do partido no gabinete do ministro da Fazenda, Bresser Pereira teria colocado a necessidade do País em formar um acordo com as agências governamentais de governo — no âmbito do

Clube de Paris — para não pagar os juros nos próximos anos. Estes seriam refinanciados junto com a rolagem do principal. No esquema de reestruturação da dívida com credores oficiais, quanto aos bancos privados, o deputado disse a este jornal que o ministro da Fazenda acenou com a necessidade de que fosse refinanciada a metade dos juros, enquanto a outra metade seria paga pelo País.